

O (DES)ENCONTRO DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO COM A EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES, POSSIBILIDADES E APRENDIZAGENS PARA TORNAR-SE PROFESSORA DE CRIANÇAS

Sabrina Plá Sandini*

Aliandra Cristina Mesomo Lira**

RESUMO

A formação de professoras para atuar na Educação Infantil, por meio da vivência do estágio não obrigatório remunerado, é ponto de partida desse estudo, entendendo a potência do processo formativo para práticas significativas com as crianças. O objetivo foi refletir sobre as implicações do estágio remunerado não obrigatório para atuação na Educação Infantil, a partir do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro, Guarapuava-PR. Por meio de uma abordagem qualitativa de natureza exploratória-descritiva, aplicamos questionários com perguntas abertas e fechadas para as alunas matriculadas no ano de 2024, que realizavam estágio remunerado. Os dados evidenciam o potencial do estágio remunerado na formação acadêmica das estagiárias articulando teoria e prática, a despeito da expropriação das ações enquanto força de trabalho barateada. Além disso, a universidade precisa assumir o compromisso em fazer do estágio remunerado um momento de reflexão, no qual as estagiárias podem ser as protagonistas desse processo e de fato acompanhadas nessa experiência.

Palavras-chave: Estágio remunerado. Educação Infantil. Formação de professores.

* Doutora em Ciências de La Educación pela Universidade Nacional de La Plata UNLP/Argentina, validado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É professora visitante na Universidade Federal do Tocantins. Doutorado. E-mail: sabrinapla@gmail.com
Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-4021-4404>

** Pós-doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. Mestre e Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professora do Departamento de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Centro-Oeste, em Guarapuava, Paraná, Brasil. E-mail: aliandralira@gmail.com
Orcid: 0000-0003-2945-464X

THE (DIS)ENCOUNTER BETWEEN NON-MANDATORY INTERNSHIP AND EARLY CHILDHOOD EDUCATION: REFLECTIONS, POSSIBILITIES AND LEARNING TO BECOME A TEACHER OF CHILDREN

ABSTRACT

The training of teachers to work in Early Childhood Education, through the experience of the non-mandatory paid internship, is the starting point of this study, understanding the power of the training process for meaningful practices with children. The objective was to reflect on the implications of the non-mandatory paid internship for working in Early Childhood Education, based on the Pedagogy course at the Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro, Guarapuava-PR. Through a qualitative approach of an exploratory-descriptive nature, we applied questionnaires with open and closed questions to students enrolled in 2024, and who were doing paid internships. The data demonstrate the potential of the paid internship in the academic training of interns, articulating theory and practice, despite the expropriation of actions as a cheapened labor force. In addition, the university needs to commit to making paid internship a moment of reflection, in which interns can be the protagonists of this process and in fact be accompanied in this experience

Keywords: Remunerated Traineeship; Early childhood education; Teacher training.

EL (DES)ENCUENTRO ENTRE LAS PRÁCTICAS NO OBLIGATORIAS Y LA EDUCACIÓN INFANTIL: REFLEXIONES, POSIBILIDADES Y APRENDIZAJES PARA LLEGAR A SER DOCENTE DE NIÑOS

RESUMEN

La formación de docentes para actuar en la Educación Infantil, a través de la experiencia de las prácticas remuneradas no obligatorias, constituye el punto de partida de este estudio, comprendiendo la potencia del proceso formativo para el desarrollo de prácticas significativas con los niños. El objetivo fue reflexionar sobre las implicaciones de las prácticas remuneradas no obligatorias para el trabajo en la Educación Infantil, a partir del curso de Pedagogía de la Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro, Guarapuava-PR. Mediante un enfoque cualitativo, de carácter exploratorio-descriptivo, se aplicaron cuestionarios con preguntas abiertas y cerradas a estudiantes matriculados en 2024 que realizaban prácticas remuneradas. Los datos demuestran el potencial de las prácticas remuneradas en la formación académica de los practicantes, al articular teoría y práctica, a pesar de la expropiación de sus acciones como fuerza de trabajo abarata. Además, la universidad necesita comprometerse a convertir las prácticas remuneradas en un momento de reflexión, en el que los practicantes puedan ser protagonistas de este proceso y, de hecho, recibir acompañamiento durante esta experiencia.

Palabras clave: Prácticas remuneradas; Educación Infantil; Formación docente.

INTRODUÇÃO

A formação de professoras¹ para atuar na Educação Infantil, por meio da experiência vivenciada no estágio não obrigatório remunerado, é ponto de partida desse estudo, entendendo a potência do processo formativo para práticas significativas com as crianças. Consideramos, ainda, que a formação das professoras representa um importante elemento para superar os desafios da educação, “[...] pois incide sobre a capacidade de sistematizar práticas pedagógicas que permitam um processo educativo emancipatório às crianças” (Lira; Dominico; Sandini, 2023, p. 115).

Mas, como nos tornamos professoras de crianças? São necessários alguns saberes específicos ou basta gostar de crianças? O curso de Pedagogia forma professoras para atuar com crianças? Como os estágios impactam a constituição da docência? Muitas dessas perguntas ficam sem resposta ou são interpretadas de maneira equivocada e simplista, não dando conta da especificidade do ser professora.

Rocha (2001, p. 27) afirma que o curso de Pedagogia “[...] com uma formação unitária, [...] não tem considerado suficientemente a especificidade da educação das crianças pequenas em creches e pré-escolas”. Ademais, tornar-se professora de crianças é uma tarefa complexa que envolve estudo, pesquisa, prática e está relacionada, também, com a atribuição de sentidos à prática docente e à construção da identidade profissional (Silva *et al.*, 2024). Assim, direcionamos nosso olhar para as descobertas e desafios do processo formativo por meio do estágio não obrigatório no curso de Pedagogia.

Sandini e Lira (2024, p. 183) estimam que no curso de Pedagogia, “[...] 80% das estudantes exercem estágio remunerado na Educação Infantil, o que explicita, além de um interesse formativo, uma necessidade social e econômica”, por parte das acadêmicas, condição que se soma à demanda de profissionais das instituições que atendem as crianças. Destarte, não podemos deixar de investigar a presença das estagiárias remuneradas atuando na Educação Infantil de modo a compreender como essa experiência se dá e se colabora com o processo formativo.

Considerando o contexto da Educação Infantil no município de Guarapuava, esse estudo buscou refletir sobre as implicações do estágio remunerado não obrigatório para atuação na Educação Infantil, a partir do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), Guarapuava- PR. A Unicentro foi instituída como universidade a partir da junção da faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava (Fafig), à Faculdade de Ciências e Letras de Irati (Fecli), por meio do Decreto nº 3444, de 8 de agosto de 1977, com sede em Guarapuava e campus em Irati (Gonçalves; Gehrke, 2016).

Nesse contexto, o curso de Pedagogia da Unicentro de Guarapuava ao longo dos anos passou por várias modificações, respeitando os marcos legais e políticas educacionais vigentes. Atualmente, funciona nos turnos matutino e noturno, tem duração de 4 anos e carga horária total de 3213 horas (Unicentro, 2017).

Por meio de uma abordagem qualitativa de natureza exploratória-descritiva, aplicamos questionários com perguntas abertas e fechadas para as estudantes matriculadas no ano de 2024, que realizavam

¹ Adotamos na escrita a denominação no feminino considerando as questões históricas da docência na Educação Infantil e a prevalência de estudantes mulheres nos cursos de Pedagogia.

estágio remunerado. A pesquisa foi financiada pela Capes e o projeto, “Estudantes de pedagogia e o estágio remunerado não obrigatório: implicações para atuação na Educação Infantil” foi aprovado pelo Comitê de ética por meio do parecer n.º 6.916.089.

ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO E O ENCONTRO COM A EDUCAÇÃO INFANTIL

O estágio na formação de professores pode ser entendido como um “[...] ato formativo da profissão [que] não é meramente técnico, mas de caráter coletivo, social, cultural, político, pessoal e de indissociabilidade entre teoria e prática” (Loss, 2018, p. 11). Além disso, a Lei nº 11.788 (Brasil, 2008), publicada no Diário Oficial da União (DOU) define o estágio como:

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

O estágio não obrigatório também está contemplado na lei e se apresenta “[...] no contexto das formações acadêmicas de forma opcional, inserindo-se dentro dos espaços educativos com a finalidade de cunho financeiro” (Pretto, 2022, p. 44). Em seu artigo segundo, a legislação destaca que “o estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso” (Brasil, 2008).

Assim, a lei nº 11.788 (Brasil, 2008) apresenta elementos que reconhecem o estágio obrigatório e não obrigatório como uma consolidação do processo formativo, por meio de experiências diversas e singulares, no caso do curso de Pedagogia, para ingressar na docência. No entanto, Pretto (2022) ressalta a constante descaracterização dessas práticas, pela falta de clareza e de acompanhamento das atividades.

Guaragni (2016, p. 54), considerando a legislação, também enfatiza que os “[...] aspectos do estágio relacionados ao ambiente laboral só fazem sentido se houver uma finalidade pedagógica”. Para efeitos dessa reflexão, nos debruçamos a compreender melhor como se concretiza o estágio exercido para além das disciplinas curriculares do curso, ou seja, aquela experiência em instituições educativas durante a formação, que oferece uma remuneração (bolsa) para as horas dedicadas a essa função.

O estágio não obrigatório remunerado nos cursos de formação de professores, especialmente no curso de Pedagogia, relaciona-se com a formação inicial e o ingresso no mundo do trabalho. Na maioria das vezes, o primeiro contato com a docência para as estudantes de Pedagogia se dá pela oportunidade de estágio na Educação Infantil.

O estágio remunerado na Educação Infantil exercido por estudantes do curso de Pedagogia é uma realidade que se impõe, bastante evidente nas discussões em sala de aula no meio universitário, mas pouco problematizada no formato que assume e na responsabilidade das instituições de ensino superior (Sandini; Lira, 2024, p. 190).

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica e busca o desenvolvimento integral da criança de 0 a 5 anos de idade; para tanto, necessita de profissionais capacitadas e comprometidas com a docência para essa faixa etária específica. A formação inicial oferece conhecimento sobre o trabalho com as crianças, mas ainda não é suficiente:

Ao entrar em campo, você começa a entrar em contato com os problemas específicos da prática. Crianças em carne e osso, com seus corpos, suas vozes, são muito diferentes do que as crianças pensadas e imaginadas durante a formação em uma sala de aula universitária (Infantino; Zuccoli, 2021, p.115).

Em termos legais, uma aluna do primeiro ano de Pedagogia, em seu primeiro mês de aula, já está apta para exercer o estágio remunerado na Educação Infantil, uma vez que tem vínculo com instituição de ensino superior em curso dedicado à formação de professores. Contudo, tal cenário coloca algumas dificuldades tanto para a instituição concedente quanto para a estagiária, no sentido de fazer reflexões sobre a prática e reconhecer esse momento como um ato formativo desde o início do curso.

Reconhecer o estágio remunerado como uma das formas de ingressar na carreira docente nos faz questionar o percurso formativo que essas estagiárias perfazem. A despeito do potencial do estágio, não podemos negligenciar as especificidades da Educação Infantil e a complexidade do trabalho docente que envolve essa etapa da educação básica. A experiência no contexto da prática pode colaborar para uma sólida formação para as acadêmicas do curso de Pedagogia, mas também é necessário oferecer uma educação que respeite a criança e promova sua participação e desenvolvimento, bem como condições adequadas para que o estágio se desenvolva.

Como pontuam Coutinho e Rodrigues (2021, p. 57), é necessário compreender que a docência com crianças é uma prática vinculada ao cuidar e educar, demanda um olhar atento às múltiplas linguagens e possibilidades, bem como, “[...] exige uma postura reflexiva que dê sustentação para a ação docente”. Nesse compromisso, é necessário problematizar a forma como o estágio remunerado acontece e como essas alunas-estagiárias vão se constituindo como professoras.

Assumimos o entendimento de que o estágio não-obrigatório remunerado pode representar experiência importante como parte do processo de tornar-se professora de crianças, uma vez que oferece inúmeras aprendizagens. Ao estar ligado ao contexto da formação inicial, precisa de atenção da instituição formativa e da instituição concedente, “[...] como forma de construir uma relação entre a universidade e o campo de trabalho que agregue na formação” (Sandini; Lira, 2024, p. 190) dessas estudantes-estagiárias.

Concordamos com Infantino e Zuccoli (2021, p. 116), os quais sinalizam que as experiências profissionais iniciais merecem ser investigadas com mais profundidade, pois têm o potencial de revelar aspectos

importantes da constituição da identidade docente e suas competências: “se passamos a considerar uma situação observada em campo, na qual está envolvida uma nova educadora, podemos compreender, de modo mais claro, em que sentido a prática é pensamento em ação”.

No cenário atual, com a “[...] disseminação de modelos de docência” [...] proliferam-se cursos, materiais, livros, lives, entre outros, [...] [que] originam materiais didáticos para professores(as), planos de aula e livros para crianças” (Carvalho, 2021, p. 73), iniciativas que inibem cada vez mais a atuação docente crítica, criativa e adequada ao seu contexto. A partir dessas reflexões, nos questionamos: poderia, no encontro do estágio remunerado com a Educação Infantil, existir a oportunidade de fazer diferente? E a oportunidade de que essa experiência de fato seja formativa, acompanhada pela universidade, debatida em seu contexto e colaborativa na constituição docente? Na busca por essas e outras respostas, encaminhamos a pesquisa de campo.

SOBRE O ESTUDO: CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA E OS SUJEITOS DA PESQUISA

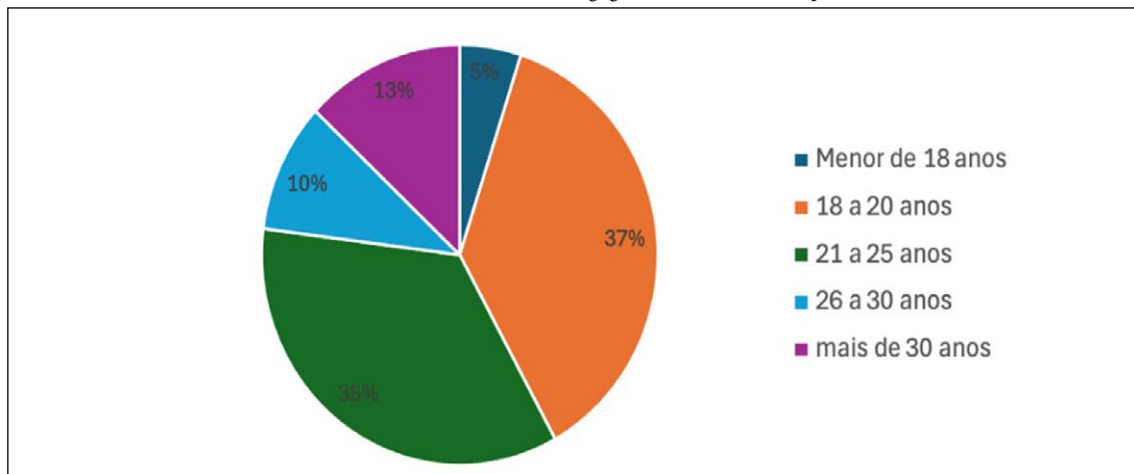
Esse estudo buscou refletir sobre as implicações do estágio remunerado não obrigatório para atuação na Educação Infantil, a partir dos pressupostos da pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza exploratória-descritiva. Chizzotti (2006) afirma que a pesquisa qualitativa não requer um modelo único de utilização de técnicas, sendo que cada pesquisador tem autonomia para organizar a metodologia mais adequada e eficiente ao seu campo investigativo.

Desse modo, elegemos o uso de questionários como instrumento para recolher as informações, com perguntas fechadas e abertas sobre a temática de interesse, sendo que os dados produzidos foram organizados e analisados a partir do referencial teórico que sustenta a pesquisa. Os questionários foram aplicados em junho de 2024, nas turmas do primeiro ao quarto ano do curso de Pedagogia da Unicen- tro, campus Guarapuava, no turno da manhã e da noite. Nesse período as turmas contavam com 251 alunas sendo, 107 matriculadas no turno da manhã e 144 matriculadas à noite.

Do total de alunas matriculadas no curso, foram aplicados 119 questionários, para as estudantes que faziam estágio remunerado na Educação Infantil. Nesse primeiro momento de identificação desse grupo, constatamos que 47,4% das estudantes do curso de Pedagogia no ano de 2024 realizavam estágio remunerado não obrigatório na Educação Infantil, o que representa um número bem expressivo de alunas que se vinculam a essa atividade na primeira etapa da educação básica, cenário que imprime relevância a esse estudo.

Os questionários eram anônimos e para analisarmos, numeramos de 1 a 119. Dos 119 questionários aplicados, 6 foram excluídos por serem respondidos por estudantes menores de 18 anos, totalizando dessa forma 113 questionários cujos dados serão aqui analisados. Desses, apenas 6 questionários foram respondidos por alunos do sexo masculino (5%), evidenciando assim, a predominância de alunas do sexo feminino (95%) no curso de Pedagogia, com maior participação na faixa etária entre 18 e 25 anos e solteiras, conforme vemos no gráfico 1:

Gráfico 1: Faixa etária das alunas do Curso de Pedagogia da Unicentro/Guarapuava no ano de 2024

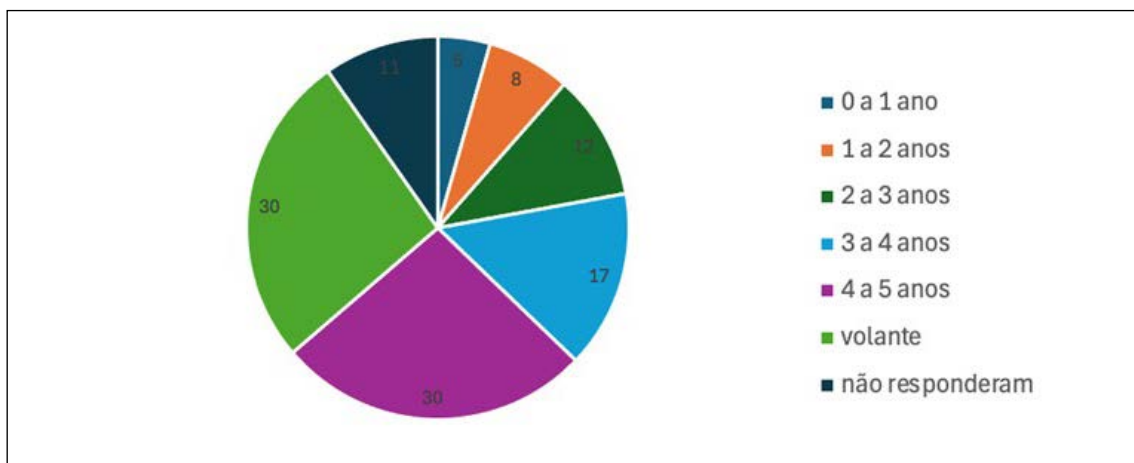


Fonte: pesquisa de campo, 2024

Quanto a essa caracterização das participantes da pesquisa podemos constatar um público bastante jovem, que acessa o ensino superior logo na sequência de terminar o ensino médio e entra no mercado de trabalho por meio dos estágios, como no caso aqui analisado. Ao se aproximar do seu campo de atuação, a estagiária pode articular elementos teóricos com as práticas vivenciadas, o que destaca o necessário acompanhamento, tanto por parte do professor regente, que atua como um parceiro formador desse futuro profissional, como também da universidade. Além disso, estudos como Tiscoski e Bittencourt (2017), Pretto (2022), Araujo, Braga e Venâncio (2022) e Bido (2023) demonstram que essa é uma forma mais acessível de ingressar no mercado de trabalho, com a possibilidade de efetivação na função posteriormente. Logo, o estágio não obrigatório pode cumprir uma dupla função, que é de natureza formativa e também profissional.

No gráfico 2, constam dados que demonstram a faixa etária das crianças com as quais essas estudantes realizavam seu estágio remunerado.

Gráfico 2: Faixa etária das crianças com que as alunas do Curso de Pedagogia da Unicentro/Guarapuava no ano de 2024 realizaram o estágio remunerado na Educação Infantil



Fonte: Pesquisa de campo, 2024

Observando o gráfico identificamos que mais de 50% (60 alunas) das estagiárias estão inseridas em turmas de 4 e 5 anos ou são volantes² em diferentes turmas. Essa informação vem ao encontro dos estudos que evidenciam uma preocupação com a antecipação da escolarização (Carvalho, 2021), em que as turmas de 4 e 5 anos estariam dedicadas à preparação para o 1º ano do ensino fundamental e por isso demandariam mais atenção pedagógica, incluindo investimento humano com a presença das estagiárias. Além disso, os dados explicitam a necessidade de olharmos com mais atenção para a faixa etária de 0 a 3 anos, que na maioria dos estudos, segue marginalizada.

Com relação ao ser estagiária volante, partilhamos da ideia de Carvalho (2021, p. 74) ao destacar “[...] o caráter relacional e contextual da docência, assim como a disponibilidade do(a) docente em deixar-se afetar pelas crianças em seus processos de constituição profissional”. Desta forma, pensando no estágio remunerado como processo formativo e intencional, seria interessante rever a forma de mediação e inserção das estagiárias no campo de atuação para que vivenciassem uma prática qualificada, na qual pudessem estabelecer vínculos, ampliar conhecimentos e ser afetadas por essa experiência na constituição do ser professora da Educação Infantil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Estágio remunerado: quando o trabalho se sobrepõe à formação

Em termos ideais, o estágio remunerado representaria a oportunidade de experiência com o campo de trabalho, ampliando a formação. Contudo, dada a grande demanda das instituições de Educação Infantil e a dificuldade de acompanhamento por parte das universidades e faculdades, o estágio não obrigatório acaba se configurando como uma atividade sem supervisão, muitas vezes de exploração da mão de obra das estudantes.

Sandini e Lira (2024) evidenciam uma lacuna de conhecimento sobre pesquisas acerca da temática do estágio remunerado, desde seu formato até as implicações para a formação das futuras profissionais. As autoras defendem essa atividade não obrigatória como um momento importante da formação, que necessita de atenção, supervisão, regulação e produção de literatura específica sobre a temática, a fim de subsidiar as ações e discussões.

Silva *et al.* (2024, p. 03) demonstram que as mudanças sociais aceleradas também alteram a relação formação-trabalho e impactam, diretamente, na “[...] condução da vida acadêmica de jovens estudantes do ensino superior [...] estimula[m] novas maneiras de estudar e de se relacionar socialmente, bem como obriga[m] muitos estudantes a conciliar trabalho e estudo”. Essas transformações nos fazem refletir sobre como essas estudantes transitam da experiência universitária para a vida profissional, na maioria das vezes por uma necessidade econômica.

De acordo com Guaragni (2016, p. 53), o estágio remunerado poderia trazer benefícios para todos os envolvidos:

2 Circulam entre diferentes agrupamentos.

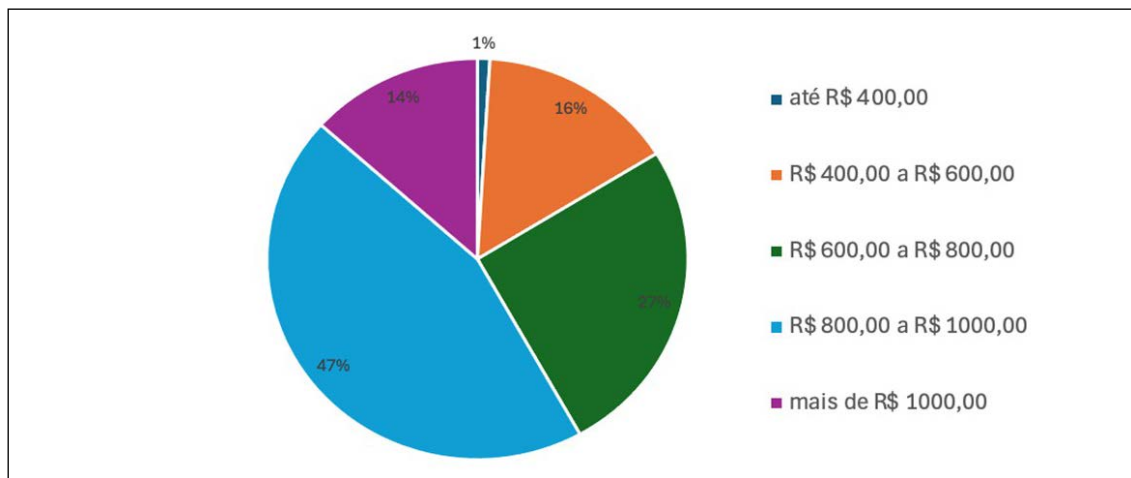
[...] para a escola ou instituição de ensino, pois possibilita o ensino prático necessário para a formação dos estudantes; para os estudantes porque permite adquirir experiência e conhecimentos da profissão; e para as empresas, por não precisar arcar com nenhum ônus social, além de contar com uma força de trabalho especializada.

Um dado interessante sobre as alunas da Unicentro/Guarapuava no ano de 2024 é que 59 estudantes (52% das participantes) indicam sua primeira experiência com o campo profissional por meio do estágio não obrigatório. Nesse sentido, reconhecemos que o estágio não obrigatório se revela como uma primeira oportunidade de aproximação com o campo de atuação, sendo a Educação Infantil uma área que demanda muitas professoras auxiliares de sala. Além disso, se configura como uma experiência profissional e fonte de renda para as estudantes e suas famílias, em um contexto cada vez mais escasso de trabalho formal (Portelinha; Borssoi; Nez; 2022).

Como pontuam Portelinha, Borssoi e Nez (2022, p. 718), “a título de ganhar experiência, cada vez mais estudantes em fase inicial dos cursos desenvolvem atividades não condizentes com os termos de compromisso firmados entre as instituições de integração e sistema de ensino”. As autoras ainda complementam que não é apenas pela experiência, mas também pelas incertezas impostas pela reestruturação do capital, pela falta de empregos, entre outros fatores, que as estudantes aceitam vínculos temporários e a flexibilização das condições de trabalho.

De acordo com a Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda do Paraná, por meio do Decreto n.º 4.770 (Paraná, 2024) que oficializa o reajuste do Salário-Mínimo Regional, com base no Salário-Mínimo Nacional fixado em R\$1.412,00 para o ano de 2024, podemos observar que 47% (50 estudantes) das acadêmicas têm por meio do estágio uma renda entre R\$800,00 a R\$1.000,00 e 22% (15 estudantes) acima de R\$1.000,00, conforme gráfico 3. Se pensarmos que muitas dessas estudantes fazem a graduação de manhã e trabalham apenas no período da tarde, perfazendo 20 horas semanais, temos uma renda salarial compatível ou superior ao Salário-Mínimo Nacional. No entanto, bem inferior ao piso salarial para professores da educação básica no ano de 2024 que era de R\$4.580,57 para 40 horas semanais (Brasil, 2024).

Gráfico 3: Renda Oriunda do Estágio Remunerado das alunas do Curso de Pedagogia da Unicentro/Guarapuava no ano de 2024



Fonte: Pesquisa de campo, 2024

Como observamos, a renda proveniente do estágio remunerado é bem inferior ao piso salarial dos professores da educação básica, cujo cenário pode trazer prejuízos formativos, uma vez que as estagiárias vivem contradições entre o que estudam e o que é realmente desenvolvido e praticado no mercado de trabalho. Isso porque, estudantes em formação ainda estão vivenciando o processo de aquisição dos conhecimentos para se tornarem professoras o que pode incidir na qualidade da educação oferecida e, principalmente, nas condições de trabalho: “tais experiências acabam impactando negativamente em sua formação [...] dado o desgaste físico, emocional e financeiro imposto pelas condições vividas no estágio remunerado” (Sandini; Lira, 2024, p. 190).

Podemos ver essa contradição mais nitidamente quando perguntamos às estudantes sobre sua atuação no estágio não remunerado, e percebemos que mesmo em processo formativo algumas assumem a função de regentes de turma.

Essa responsabilidade como regente de turma incorre em ilegalidade, uma vez que não são contratadas como professoras e sim como estagiárias. Ademais, questionar “[...] se o estagiário identifica estágio como sinônimo de trabalho faz parte de questões que parecem pouco respondidas na literatura, mas importantes de serem pesquisadas [...]” (Ribeiro; Tolfo, 2011, p. 16). Essa foi uma das perguntas da presente pesquisa, que nos revelou 107 respostas positivas, ou seja 94% das estagiárias compreendem o estágio como trabalho, 4 estagiárias não compreendem o estágio como trabalho (3,5%) e 2 não responderam (1,7%).

Na medida em que as acadêmicas compreendem o estágio como um trabalho reconhecemos que as instituições educativas se aproveitam desse vínculo para conseguir mão de obra mais barata, reduzindo seus custos e impondo uma jornada e atribuições que pouco ou nada diferem da professora regente. Logo, apesar das estagiárias não possuírem um vínculo empregatício, com os mesmos benefícios e remuneração que funcionários da instituição, desempenham muitas vezes as mesmas funções e assumem diferentes responsabilidades.

Cabe lembrar que o estágio tem uma função de articulação entre o ‘mundo’ acadêmico e o das práticas sociais, entre elas, as organizações de trabalho (Ribeiro; Tolfo, 2011). No entanto, evidencia-se a fragilidade das condições em que esse estágio não obrigatório acontece, servindo muito mais como uma profissional no campo de trabalho e como uma renda para as estudantes, do que um ato formativo que integre teoria e prática.

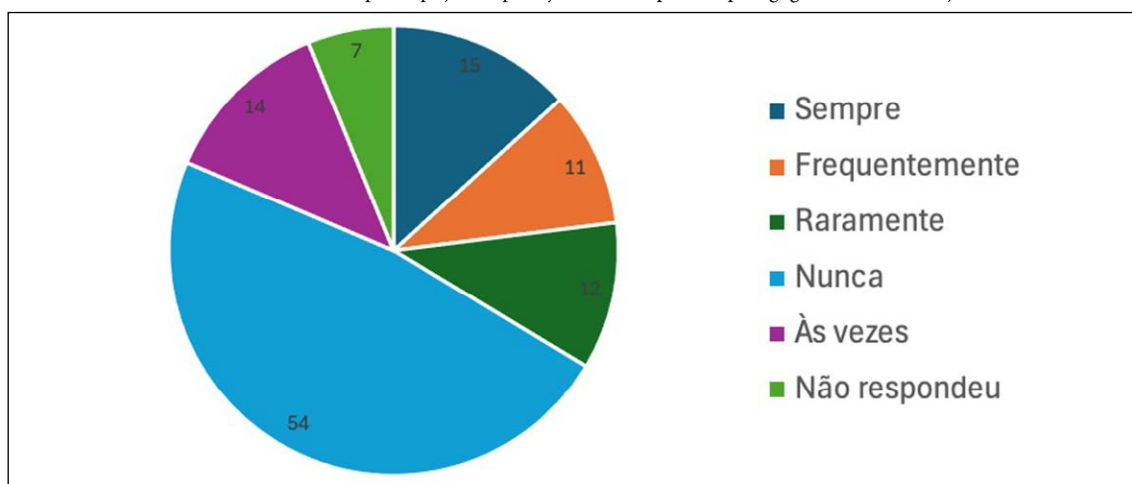
Quanto ao papel da universidade na realização do estágio, o resultado sugere uma necessidade de maior envolvimento dos docentes, ou mesmo da universidade, na orientação das atividades. Com base nestes estudos, verifica-se que os objetivos traçados para os estágios se apresentam bastante limitados, o que sugere que os contratos entre as organizações concedentes e as universidades, não são suficientemente articulados e regulados para configurar espaços de efetiva aprendizagem profissional ao acadêmico (Ribeiro; Tolfo, 2011, p. 17).

Corroboram com essa ideia Tiscoski e Bittencout (2017) ao explicarem que, muitas vezes, a supervisão do estudante no campo do estágio não obrigatório é inexistente, bem como suas funções não são bem claras, aspectos que prejudicam o potencial formativo que essa atividade possui.

Araújo, Braga e Venâncio (2022, p. 06) evidenciam o estágio remunerado como “[...] oportunidades para aprimorar seus conhecimentos prévios e conciliar o que é aprendido no estágio com sua prática, transformando, assim, a experiência em uma atividade reflexiva que possibilita a construção de saberes”. Cabe, nesse sentido e a partir do reconhecimento do papel do estágio, perguntar se as situações vividas pelas estagiárias são objeto de reflexão na universidade, se há um acompanhamento e supervisão efetivos por parte do curso de formação de docentes, bem como outras questões importantes para validar o estágio não obrigatório como momento de aprendizagem e desenvolvimento profissional.

O gráfico 4 demonstra a participação das estagiárias nas atividades de planejamento na instituição campo de estágio, momento rico de possibilidades e aprendizagens no qual a maior parte das participantes da pesquisa afirma não fazer parte.

Gráfico 4: Gráfico de participação no planejamento das práticas pedagógicas com as crianças



Fonte: Pesquisa de campo, 2024

Mesmo sem compartilhar dos momentos de planejamento, ao perguntar para as participantes sobre a contribuição do estágio remunerado para sua formação, as respostas revelam que a experiência colabora nesse aspecto, sendo também mencionado o auxílio para gastos como alimentação, passagem de ônibus e materiais do curso:

“Sim, foi a partir do estágio remunerado que tive a certeza de que queria seguir na profissão” (Questionário 10)

“Sim, pois eu estou experimentando na prática como atuar em uma sala de aula, com professores já formados e com experiência” (Questionário 36).

“Para adquirir conhecimentos e ideias e quando observo situações não agradáveis levo como exemplo para não fazer igual nas minhas práticas docentes futuramente” (Questionário 65).

“Sim, muito. Além de contribuir financeiramente, o estágio traz muitas experiências e aprendizados, por estarmos em sala diretamente e não só apenas na semana de estágios obrigatórios” (Questionário 104).

É nítido nas respostas das estagiárias, bem como a partir de nossa experiência enquanto professoras do curso de Pedagogia, o quanto o estágio remunerado provoca mudanças nas acadêmicas ao aproximá-

-las do futuro campo de atuação. As respostas positivas sobre a contribuição do estágio remunerado para formação acadêmica argumentam, principalmente, acerca da relação teoria e prática observada no exercício dessa atividade:

“Pois clareia e desmistifica a ideia de formação/sala de aula, serve como âncora para permanecer na faculdade” (Questionário 41).

“Sim, porque consigo relacionar os conteúdos e temas apresentados em sala com a vivência do dia a dia” (Questionário 84).

A partir das respostas, identificamos o potencial do estágio remunerado como parte do processo formativo, além disso, o caráter coletivo que ele assume ao trazer diferentes olhares, articular-se com as disciplinas do currículo, integrando saberes e práticas. Contudo, também somos testemunhas das inúmeras dificuldades vivenciadas pelas acadêmicas com a sobrecarga de atribuições e o comprometimento com atividades para as quais ainda não se sentem preparadas. Não raro, somos abordadas por alunas preocupadas com sua atuação, especialmente quando assumem função de acompanhar crianças com necessidades específicas, atribuição que requer profissional especializado.

Destarte, para que esse momento se configure como comprometido com o aprendizado e desenvolvimento docente, a universidade precisa dar mais atenção aos estágios remunerados, aproveitando elementos da prática que possam ser desvelados a partir de um referencial teórico. Assumir a responsabilidade de que as estagiárias podem ser as protagonistas desse processo faz parte das atribuições da instituição de ensino superior com a formação de seus estudantes.

Como afirma Guaragni (2016, p. 52), a partir da Lei nº 11.788 (Brasil, 2008), no estágio remunerado “[...] há uma prevalência da aprendizagem sobre qualquer outra forma que pudesse caracterizar o estágio como uma relação de emprego”. A lei deixa explícitos os direitos e as obrigações das estagiárias, bem como das instituições concedentes e das instituições de ensino, reafirmando que o estágio não se caracteriza como uma relação de trabalho. Ou seja, “o estudante irá realizar o estágio para aprender [...]. As concedentes do estágio aparecem como coagentes do ensino-aprendizagem, e não contratantes da força de trabalho apenas”. Além disso, “[...] a participação da instituição de ensino como supervisora do estágio é condição necessária para que ele aconteça” (Guaragni, 2016, p. 52).

ESTÁGIO REMUNERADO E AS CONDIÇÕES DE SUA EXECUÇÃO

Pensar o estágio remunerado não obrigatório implica reconhecer que “[...] não deve se constituir como uma prática superficial, somente fruto do senso comum, ou uma prática pautada no saber tácito, construído pela rotina, ou reprodução e repetições de ações” (Guaragni, 2016, p. 63). Diante disso, compreendemos essa ação como resultante de um processo reflexivo e sustentado em sólidos saberes, no qual não basta gostar de crianças num universo complexo de relações com diferentes sujeitos.

Ao serem perguntadas acerca do ambiente de realização do estágio, uma das estudantes mencionou que “as condições são boas, pois o trabalho com as crianças é maravilhoso. Já as relações, algumas vezes [são] desafiador[as]” (Questionário 94). Contudo, 78% das respostas (88 questionários) evidenciaram

uma desvalorização do ‘trabalho’ realizado no estágio, 17% (20 questionários) descreveram aspectos bons e positivos da experiência e 5% (5 questionários) das acadêmicas não opinaram.

“Falando da minha experiência, foi um trabalho muito tranquilo, tive todas as ajudas possíveis para realizar meu trabalho com alunos, as professoras regentes sempre atenciosas a me atender e tive todo tipo de material ao meu dispor para quando quisesse trabalhar” (Questionário 61).

“Avalio como insatisfatório, pois falta informação e formação para os casos em sala de aula, remuneração baixa” (Questionário 106).

“Péssimas, o estagiário é designado a atividades que vão além de suas funções. Além de ser cobrado como se já fosse formado e culpabilizado pelos erros que ocorrem na instituição” (Questionário 1).

“Eu acho que estagiário muitas vezes é muito desvalorizado na profissão, sendo que ele faz muitas coisas, até mais do que quem é empregado” (Questionário 9).

Essas respostas, demonstram que o “[...] estágio não obrigatório remunerado ao mesmo tempo em que é considerado um trabalho, é um processo formativo, estando entre a profissionalização e a precarização do trabalho docente” (Bido, 2023, p. 166). Assim, devemos compreender o papel da escola, da professora e da estagiária, lembrando que as relações estabelecidas incidem também na formação, mesmo que de forma não refletida. Ao vivenciarem experiências desafiadoras e até negativas, isso impactará sobre a percepção da atuação docente nessa etapa de ensino e na profissão como um todo.

Guaragni (2016), em sua pesquisa sobre o estágio remunerado, identificou a desvalorização das estagiárias, que recebem bolsa com valor baixo, muitas vezes com atraso do pagamento e com desconto de horas. Além disso, demonstrou a invisibilidade do trabalho por elas desenvolvido, tanto por parte da escola como pelos pais.

Esses aspectos também se manifestaram em nossa investigação no que tange às condições e relações de trabalho, sendo mencionadas as faltas e atestado médico, com relatos que reforçam uma condição exploratória que impacta negativamente na formação das estudantes:

“Muitas vezes as condições são precárias, principalmente quando devemos faltar para realizar o estágio não remunerado obrigatório, que são muitos dias, é descontado” (Questionário 75).

“No meu caso é tudo por hora, ficou doente não justifica mesmo com atestado, feriado não recebe. Essas questões que são complicadas, mas faz muita diferença em nossa vida acadêmica” (Questionário 63).

“Trabalho no estágio pelo PSS e temos direito a 2 atestados o que acho injusto, pois não escolhemos ficar doentes” (Questionário 43).

A lei nº 11.788 (Brasil, 2008) prevê, em seu artigo 10, que o estagiário tem direito à redução da carga horária em períodos de avaliação e poderíamos estender essa situação para os estágios obrigatórios do curso. A lei não aponta nada sobre o desconto dessa redução da carga horária, uma vez que ao conceder o estágio para a estudante em formação, a instituição está ciente de que ela tem responsabilidades a cumprir com a universidade. Além disso, embora a legislação não considere a estagiária como uma empregada formal, deixa bem claro que devem ser asseguradas medidas de proteção e prevenção contra acidentes e doenças no trabalho, do mesmo modo que aos demais funcionários da instituição concedente. Pelos relatos, percebemos o quão constrangedora e autoritária pode ser a relação estabelecida com o campo de estágio.

Outra questão apresentada pelas estagiárias é o atendimento às crianças com necessidades especiais, como já mencionamos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394 (Brasil, 1996) prevê o atendimento das crianças em classes regulares por professores capacitados, de modo a assegurar uma educação de qualidade para todas. No entanto, as estagiárias não possuem essa capacitação, pois encontram-se em processo formativo ainda. Além disso, ao observar a matriz curricular do curso em questão, percebemos que as disciplinas relativas ao atendimento educacional especializado se encontram no terceiro e quarto ano, mas muitas estagiárias iniciam o estágio remunerado em seus primeiros anos de formação:

“É um pouco carregado por ser profissional de apoio às crianças inclusas, a responsabilidade é muito grande” (Questionário 31).

“Muitas vezes negativa, o estágio [na] maioria trabalha com crianças especiais sem uma formação necessária e muitas vezes [com] remuneração baixa” (Questionário 33).

A inclusão é um direito das crianças, mas também é direito delas o seu desenvolvimento integral na Educação Infantil, com o apoio de profissionais habilitadas e qualificadas para tal. Atribuir essa tarefa para estudantes em formação coloca os envolvidos em uma situação de fragilidade, com desafios para os quais não estão preparados para enfrentar, com possível comprometimento do aprendizado de alunas e crianças.

Por fim, ao questionarmos sobre como ocorre o acompanhamento das atividades de estágio remunerado, 100% das respostas evidenciaram que não há supervisão da instituição concedente e da universidade:

“Não tem um acompanhamento contínuo, para o contrato continuar é preciso ter 75% de presença em sala de aula” (Questionário 112).

“Na minha experiência, não teve acompanhamento, me senti apenas como uma cuidadora, sem nenhum direcionamento pedagógico” (Questionário 49).

“O trabalho consiste em 4 horas diárias, com remuneração mensal, acompanhadas através do ponto” (Questionário 77).

As respostas demonstram uma falta de responsabilidade com a formação das estagiárias tanto pela universidade como pela instituição de ensino, cujo desamparo certamente impactará nas crianças que estão envolvidas nesse processo e nas demandas da Educação Infantil. Com atividades e condições que sobrecarregam a execução do estágio remunerado, bem como falta de acompanhamento das ações desenvolvidas, essa experiência pode desvelar sentidos não muito positivos na formação docente.

REFLEXÕES, POSSIBILIDADES E APRENDIZAGENS PARA TORNAR-SE PROFESSORA DE CRIANÇAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Durante a pesquisa e análise dos resultados, diversas indagações apareceram e, ao invés de oferecer respostas, apresentamos algumas considerações que podem contribuir para a reflexão sobre o estágio não obrigatório remunerado e, possivelmente, levar a novos encaminhamentos para essa prática tão presente durante o processo formativo.

Cabe pensar como o estágio, para além da matriz curricular do curso de Pedagogia, pode colaborar para o tornar-se professora de crianças pequenas. A carreira docente é um percurso que começa com a formação inicial e se estende para a formação continuada e em serviço; também adquirimos conhecimentos na vivência diária, seja no trabalho, em estágios obrigatórios ou não obrigatórios, nas interações com outros profissionais e, acima de tudo, no contato com as crianças. Elas, que devem ser o centro do trabalho da Educação Infantil, nos ensinam diariamente. O desenvolvimento da prática docente com os pequenos abrange diversas especificidades e reconhecer a importância das crianças no processo, respeitá-las e deixar que participem efetivamente do cotidiano educativo, deve ser o foco dos estágios realizados na primeira etapa da educação básica. Assim, colocaríamos em prática uma pedagogia participativa que abrangeria sujeitos infantis e estudantes em formação.

Defendemos que é possível que a experiência do estágio remunerado junto à Educação Infantil ofereça uma oportunidade de reflexão e aprendizado sobre a prática docente. O contato com as situações cotidianas, acompanhado de profissionais mais experientes, pode representar importantes conhecimentos acerca da docência, que extrapolam os muros da universidade.

Para isso, destacamos a necessidade de comprometimento das instituições concedentes, bem como da universidade nesse processo, acompanhando, supervisionando e orientando as estagiárias. Para além da disciplina de estágio supervisionado, o estágio remunerado deve ser assumido coletivamente pelo curso de Pedagogia. Se falamos em reflexão sobre a prática, isso pressupõe o cruzamento de diferentes áreas do saber. Do mesmo modo, as instituições concedentes devem realmente agir como parceiras na formação dessas futuras profissionais, colaborando no processo formativo para garantir que as estagiárias tenham momentos de aprendizagem e não apenas representem mão de obra mais barata para as necessidades institucionais.

O cenário explicitado por meio desse estudo nos impõe o desafio de enfrentar o estágio remunerado como prática presente na vida das estudantes em formação, o que exige que dediquemos atenção a como ele se efetiva numa aproximação entre as instituições educativas e a universidade, vislumbrando práticas qualificadas e condizentes com essa posição que façam a diferença para consolidação das futuras profissionais. Ou seja, que a experiência se configure como um verdadeiro encontro com a Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, L. C.; BRAGA, S. de A.; VENÂNCIO, B. Estudantes de Pedagogia em estágio não obrigatório: reflexões para a formação docente. **Linhas Críticas**, Rio de Janeiro, v. 28, p. e44357, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/44357>. Acesso em: 05 mar. 2025.

BIDO, G. F. T. **O estágio não obrigatório remunerado nos CMEI's de Francisco Beltrão-PR: do ato educativo às relações e condições de trabalho**. 2023. 216 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Lei n. 9.394/96**. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 28 out. 2024.

BRASIL. **Ministério da Educação**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br>. Acesso em: 05 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm. Acesso em: 23 nov. 2024.

CARVALHO, R. S. de. O extraordinário na docência com crianças na Educação Infantil. In: SANTIAGO, F.; MOURA, T. A. de (Orgs.). **Infâncias e Docências: descobertas e desafios de tornar-se professora e professor**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. p. 71- 108.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

COUTINHO, A. S.; RODRIGUES, A. J. L. Tornar-se professora de bebês: desafios na formação inicial e na prática pedagógica. In: SANTIAGO, F.; MOURA, T. A. de (Orgs.). **Infâncias e Docências: descobertas e desafios de tornar-se professora e professor**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. p. 43-70.

GONÇALVES, A. N.; GEHRKE, M. **40 Anos da Pedagogia: da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava à Universidade Estadual do Centro-Oeste (1976-2016)**. Ijuí: Unijuí, 2016.

GUARAGNI, M. P. **A flexibilização das relações de trabalho e suas implicações na prática pedagógica: os estagiários da Educação Infantil na rede de ensino de Guarapuava/PR**. 2016. 154 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado - Irati) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava-PR.

INFANTINO, A. ZUCCOLI, F. Continuar a aprender. In: SANTIAGO, F.; MOURA, T. A. de (Orgs.). **Infâncias e Docências: descobertas e desafios de tornar-se professora e professor**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. p.109-138.

LIRA, A. C. M.; DOMINICO, E.; SANDINI, S. P. Entre expectativas e tensões: o universo do estágio supervisionado na Educação Infantil. In: MAGALHÃES, C. **As implicações do estágio para a construção da docência na Educação Infantil**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. p. 113-126.

LOSS, A. S. (Org.). **O estágio supervisionado na formação de professores**. Curitiba: CRV, 2018.

PARANÁ. **Decreto nº 4.770**, de 5 de fevereiro de 2024, que fixa os novos valores dos grupos dos Pisos Salariais do Estado do Paraná, válidos para 1º de janeiro de 2024. Disponível em: <https://www.normaslegais.com.br/legislacao/decreto-pr-4770-2024.htm>. Acesso em: 25 mar. 2025.

PORTELINHA, A. M. S.; BORSSOI, B. L.; NEZ, E. de. O estágio remunerado no curso de pedagogia: experiência com o trabalho docente. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, Mossoró, v. 8, n. 27, 2022. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/4220>. Acesso em: 05 fev. 2025.

PRETTO, M. E. S. V. **O estágio não obrigatório remunerado: desdobramentos para a formação e trabalho docente na Educação Infantil**. 2022. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2022.

RIBEIRO, A. D. S.; TOLFO, S. da R. Estagiários, vínculos e comprometimento com as organizações concedentes de estágio. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 63, n. esp., p. 15-25, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672011000300003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 05 fev. 2025.

ROCHA, Eloisa Acires Candal. A pedagogia e a educação infantil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 40-52, jan./abr. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782001000100004>. Acesso em: 22 jun. 2025.

SANDINI, S. P.; LIRA, A. C. M. Curso de Pedagogia e a invisibilidade do estágio remunerado não obrigatório na educação infantil. **REPPE-Revista de Produtos Educacionais e Pesquisas em Ensino**, Cornélio Procopio, v. 8, n. 2, p.179-192, 2024. Disponível em: <https://seer.uenp.edu.br/index.php/reppe/article/view/1571>. Acesso: 18 fev 2025.

SILVA, A. F. L. da; ENS, R. T.; BAPTISTA, I.; SANDINI, S. P. Profissão docente em construção: desafios e possibilidades do estágio supervisionado: **Educação**, Santa Maria, v. 49, n. 1, p. e19/-27, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/70476>. Acesso: 18 fev 2025.

TISCOSKI, I. G.; BITTENCOURT, R. L. Contribuições do estágio não obrigatório para a formação inicial do professor. **Revista Saberes Pedagógicos**, Criciúma, n.1, p. 105-126, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/pedag/article/view/3189>. Acesso: 18 fev 2025.

UNICENTRO. **Projeto Pedagógico de Curso de Graduação – Curso de Licenciatura em Pedagogia**. Guarapuava, 2017.